

**Barcelona: o mito do espaço público.**

A desigualdade, a exclusão, a anomia e, inclusive, a violência continuam sendo ingredientes consubstanciais da existência de uma grande cidade capitalista e em crescimento.

Barcelona está se tornando o paradigma de um estilo de construção da vida urbana que aparece marcada pela reapropriação capitalista da cidade, numa dinâmica em que os elementos fundamentais e recorrentes são a transformação do espaço urbano em um parque temático, a gentrificação dos centros urbanos – após a devida expulsão da história –, a terceirização – o que implica a reconversão de bairros industriais inteiros –, a disseminação de uma miséria crescente que não se consegue ocultar, o controle sobre um espaço público cada vez menos público, quer dizer, acessível a todos etc. Este processo – de fato já com dimensões globais – requer dos agentes públicos o abandono de sua hipotética missão de garantir direitos democráticos fundamentais – o de desfrutar das ruas em liberdade, o da moradia digna e para todos etc. – e a desarticulação do resto daquilo que um dia se presumiu ser o Estado de bem-estar. Num aparente paradoxo, a negligência por parte das instituições políticas em relação ao que se supunha serem suas responsabilidades principais em matéria de bem comum foi compatível com um notável autoritarismo em outras áreas. Assim, as mesmas autoridades que se revelavam submissas ou inexistentes diante do liberalismo urbanístico e seus desmandos podiam despender toda a sua energia para assegurar o controle sobre um espaço público concebido como mero acompanhamento das grandes operações imobiliárias.

No caso de Barcelona, a constatação de que converter a cidade em puro produto de marketing exigia que ruas e praças estivessem sob permanente observação criou a necessidade de eliminar ou ocultar qualquer elemento que pudesse contestar a imagem que se pretendia oferecer de um espaço público isento de qualquer ingrediente de conflituosidade. De fato, todas as perspectivas acerca do futuro da cidade feitas pelas instâncias políticas e urbanísticas que conceberam e empreenderam o “modelo Barcelona” trabalhavam a partir da suposição de que a intervenção em matéria de desenho urbano e as sistemáticas campanhas em prol do novo patriotismo cidadão, previstas como sua base ideológica, bastariam para que, como num passe de mágica, a cidade inteira se entregasse com entusiasmo à tarefa de sua reconstrução simbólica e morfológica. Mas não foi assim. Como não podia deixar de ser, nem a promoção publicitária e nem a disposição de “espaços de qualidade” significaram a pacificação de algumas ruas que não tinham outro remédio senão ser testemunho e cenário das novas e velhas formas de miséria urbana, nem a inclinação ao desacato, crônica na história de Barcelona, nem as inevitáveis expressões de desordem que a vida urbana não pode deixar de produzir. E foi assim que, em lugar da amável arcádia de civilidade e civismo em que, segundo os planos, a cidade deveria ter-se convertido, o que continuou flutuando na superfície, à vista de todos, foram as provas de que a desigualdade, a exclusão, a anomia e, inclusive, a violência continuavam sendo ingredientes consubstanciais da existência de uma grande cidade capitalista e em crescimento. A de-

cepção quanto às expectativas de criar uma cidade em que se encenasse o triunfo final da classe média, o espetáculo de um desastre social que nada fazia senão intensificar-se, era o que escandalizava as classes altas, que viam o seu sonho de recuperar Barcelona para sua utopia civil se desvanecer, tornando-se mesmo inalcançável, ao mesmo tempo em que corriam perigo as perspectivas abertas para a promoção imobiliária, comercial e turística da cidade.

### **Medidas para disciplinar o exterior urbano**

Era, portanto, indispensável uma atuação enérgica que “limpasse” os exteriores urbanos de presenças e condutas inconvenientes e que o fizesse por via normativa e policial. Foi esse clima de “lei e ordem” que levou as autoridades municipais barcelonenses a aprovarem com urgência uma legislação especial, no outono europeu de 2005: a “Disposição de medidas para fomentar e garantir a convivência cidadã no espaço público de Barcelona”, destinada a “preservar o espaço público como um lugar de convivência e civismo”, uma pomposidade retórica que serve para dissimular o que não deixa de ser uma versão pós-moderna do velho refrão “a rua é minha”, por mais que se insira agora em um contexto global de “tolerância zero”, que se traduz na declaração de estado de exceção ou mesmo de toque de recolher para os setores mais estigmatizados da sociedade. Trata-se da criação de um autêntico “entorno intimidador” e da aplicação do que o urbanista e sociólogo Jordi Borja acertadamente chama de “repressão preventiva” contra setores vulneráveis e habitualmente já prejudicados da população. Tudo isso com o intuito de disciplinar esse exterior urbano onde não fora possível nem manter na linha as expressões de desafeto e ingovernabilidade, nem sequer dissimular o aumento dos níveis de visibilidade da pobreza e da marginalização social. As mesmas autoridades que faziam vista grossa, protegiam ou protagonizavam atuações urbanísticas ou imobiliárias depredadoras e destrutivas – quase sempre totalmente legais – atacavam a “prática de jogos no espaço público”, ou os atos de “lavar-se ou banhar-se nas fontes”, “utilizar bancos públicos para uso diferente do previsto”... O resultado não poderia ser mais expressivo para aqueles que consideram nossas autoridades como os inimigos públicos número um do cidadão. Num documento interno de janeiro de 2007, a Guàrdia Urbana informava que as denúncias recebidas desde o início da aplicação da Disposição, um ano antes, tinham aumentado de 60 para 838 no caso de “atividades que adotam a forma de mendicância”, de 83 para 4.280 por “serviços sexuais”, de 350 para 10.340 por “pichações e cartazes”, “de 312 para 8.369 por “consumo de bebidas alcoólicas” e de 256 para 17.334 por “venda ambulante”.

Toda a retórica que acompanhou a promulgação dessa nova norma em matéria de urbanidade deixava claro como o discurso do civismo é hoje um dos discursos políticos centrais de nossas autoridades políticas e mediáticas. Como se sabe, o civismo concebe a vida social como um palco colossal do e para o consenso, no qual cidadãos livres e iguais concordam em conviver amavelmente, cumprindo um conjunto de preceitos abstratos de boa conduta. O cenário predileto desse limbo é um espaço público não menos ideal, em que uma classe média universal se dedica ao exercício das boas práticas de urbanidade. Nesse espaço modelar não se prevê a possibilidade de que irrompa um conflito, dado que a rua e a praça contemplam a realização da utopia de uma superação absoluta das diferenças de classe e das contradições sociais por meio da aceitação comum de um saber comportar-se que iguala.

### **Diferentes noções de espaço público**

Seria interessante acompanhar a gênese do uso crescente e cada vez mais central que vem recebendo essa noção de espaço público, um conceito que vem ganhando destaque nas duas últimas décadas, e que hoje ocupa um lugar central nas iniciativas e retóricas a propósito dos contextos urbanizados e que é bem menos inocente e natural do que se supõe à primeira vista. A princípio, espaço público poderia ser um instrumento conceitual que permitisse às ciências sociais da cidade agrupar os diferentes exteriores urbanos: rua, praça, vestíbulo, calçada, praia, parque, cais, ônibus... entornos sem exceção abertos e acessíveis, em que todos os presentes vejam e sejam vistos, em que se produzam todo tipo de negócios – microscópicos ou tumultuosos, harmoniosos ou polêmicos –, em que se realizem encontros e encontrões, lutas e deserções, reencontros e extravios..., toda essa imensa trama de acordos automáticos entre desconhecidos ou conhecidos de vista que nos pro-

porciona o espetáculo de uma sociedade sem fim, transbordante de mal-entendidos e acasos. Esse espaço só existe como resultado dos transcurtos que não deixam de atravessá-lo e agitá-lo, dotando-o assim de valor tanto prático como simbólico.

Para o urbanismo oficial, espaço público quer dizer outra coisa: um vazio entre construções que deve preencher de forma adequada os objetivos de promotores e autoridades, que são praticamente coincidentes. Nesse caso, trata-se de um espaço sobre o qual se deve intervir e que deve intervir, uma área a organizar de modo que seja garantida a boa fluidez entre pontos, os usos adequados, os significados desejáveis, um espaço asseado e bem-arrumado que deverá servir para que as construções rentáveis ou os edifícios públicos diante dos quais ele se estende tenham garantida a segurança e a previsibilidade. Não foi em vão que a noção de espaço público tornou-se moda entre os planejadores, especialmente desde as grandes iniciativas de reconversão dos centros urbanos, como uma forma de torná-los apetecíveis para a especulação, o turismo e as demandas institucionais em matéria de legitimidade. Nesse caso, falar de espaço acaba sempre resultando num eufemismo: na realidade, quer-se dizer sempre solo.

Paralelamente a essa idéia de espaço público como complemento sossegado, tranqüilizador, para os grandes festins urbanísticos, temos visto se prodigalizar outro discurso também centrado no mesmo conceito, mas com um espectro mais amplo. Neste caso, o espaço público passa a ser concebido como a realização de um valor ideológico, lugar onde se materializam diversas categorias abstratas como democracia, cidadania, convivência, civismo, consenso e outras superstições políticas contemporâneas, prosclênio em que se desejaria ver deslizar uma massa ordenada de seres livres e iguais, bonitos, asseados e felizes, seres imaculados que usam esse espaço para ir e vir do trabalho ou do consumo e que, em seus momentos livres, passeiam despreocupados por um paraíso de cortesia, como se fossem figurantes de um imenso anúncio publicitário. Com certeza que nesse território qualquer presença indesejada é rapidamente exorcizada e cabe expulsar ou castigar qualquer ser humano que não seja capaz de ter os modos da classe média.

Barcelona é um exemplo de como, quando se descuida, o sonho de um espaço urbano sem conflitos, por onde pulula um exército de voluntários ávidos por colaborar, se desfaz, ao mesmo tempo que aparecem os sinais externos de uma sociedade cuja matéria-prima é a desigualdade e o fracasso. E é porque o real não se resigna a permanecer confinado, que esse espaço público não pode ser o que as campanhas publicitárias oficiais proclamam que é ou deveria ser: um balé cordial de ciclistas sorridentes, de recolhedores de dejetos de animais e de passantes educados, incapazes de jogar uma ponta de cigarro no chão. Quem são os responsáveis pelo malogro dessa expectativa de exemplaridade que deve presidir a vida pública na cidade? Parece que essas bolsas crescentes de ingovernabilidade se nutrem do que se chamava de novas “classes perigosas”, aquelas que a nova higienização social, como a do século XIX, clama por ver neutralizadas, expulsas ou subjugadas a todo o custo: os jovens, os drogados, as prostitutas, os mendigos, os imigrantes sem alojamento. E é assim que muitas das atuações em matéria de promoção da “civildade” e da “cidadania” correspondem hoje ao fato de que aos políticos e promotores pareçam inaceitáveis que, em plena cidade, à vista de todos, apareçam as evidências das novas e das velhas formas de miséria, elementos pouco decorativos que podem assustar os turistas, os proprietários e os inquilinos que se pretende atrair a todo custo. Eis aí um novo ingrediente do “modelo Barcelona”: o processo inexorável de ilegalização da pobreza.

De Manuel Delgado

Copyright: Goethe-Institut, Humboldt

[www.goethe.de/humboldt](http://www.goethe.de/humboldt)

Tradução do espanhol: Maria José de Almeida Müller